



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 011/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1-Processo TCE nº 1975/2012 (2 Vols.).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão/Entidade: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Boa Vista do Ramos-SAAE.

4- Exercício: 2011.

5-Responsável: Sra. Katiane Dias Pereira Feijó, Diretora (período de 01/01/2011 a 20/12/2011) e Sr. Valdemir dos Santos Ribeiro (período de 21/12/2011 a 31/12/2011).

6-Unidade Técnica: DICAMI - Informação nº 450/2013 (fls. 384/388).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 1204/2013-MP-EMF (fl. 389) e Parecer nº 334/2013-MP-EMF da Dra. Elissandra Monteiro Freire, Procuradora de Contas (fls. 357/363).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. Exercício 2011.
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Boa Vista do Ramos-SAAE.

Contas Irregulares (período de 01/01 a 20/12/2011) e Contas Regulares (período de 21/12 a 31/12/2011). Multas. Determinação ao titular do SAAE, a Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos e à Comissão de Inspeção. Comunicação a Receita Federal do Brasil. Autorização da instauração da cobrança executiva.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 3 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à unanimidade, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, em consonância com o pronunciamento do representante do Ministério Público de Contas, no sentido de:

9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas do SAAE – Boa Vista do Ramos, durante o período de 1/1/2011 a 20/12/2011, referente à Gestão em que a Senhora Katiane Dias Pereira Feijó figurou como Gestora, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;

9.2- Aplicar multa a Senhora Katiane Dias Pereira Feijó, **Gestora do SAAE no período de 1/1/2011 a 20/12/2011**, no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), **com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pelas seguintes impropriedades:**

9.2.1- Violação ao artigo 29, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos que determina a prova da regularidade fiscal, com o fito de evidenciar que o contratado



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDAO Nº 011/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE nº 1975/2012 (2 Vols.) – fl.02.

manterá, todas as obrigações por ele assumidas, durante a execução dos contratos, convênios, ajustes, acordos e adiantamento;

9.2.2- Violação ao disposto no artigo 26, que estabelece a documentação que deve ser apresentada nos processos de dispensa de licitação, e, diante da ausência da apresentação desses documentos, uma vez que sequer foi formalizado um processo administrativo, bem, como pela ausência de cotação de preços, violando o art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei n. 8.666/93; e,

9.2.3- Fracionamento de despesas, com a violação ao artigo 23, §5º, da Lei nº 8.666/93.

9.3- Julgar Regular, a Prestação de Contas do SAAE – Boa Vista do Ramos, durante o período de 21/12/2011 a 31/12/2011, referente à Gestão em que o Senhor Valdemir dos Santos Ribeiro figurou como Gestor, nos termos dos arts. 22, I e 23, da Lei nº 2.423/96 e art. 188, § 1º, I, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;

9.4- Determinar ao titular do SAAE de Boa Vista do Ramos:

9.4.1- a observância, com rigor, do registro de ponto dos seus funcionários;

9.4.2- a observância dos ditames estabelecidos no artigo 23, §5º, da Lei nº 8.666/93, a fim de evitar o fracionamento de licitação; e,

9.4.3- Que verifique junto ao Poder Executivo Municipal a possibilidade de realizar concurso público para servidores daquele SAAE.

9.5- Determinar à Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos que elabore norma disciplinando a concessão de diárias e passagens e a apresentação da documentação comprobatória do deslocamento e dos serviços prestados por meio de Relatório de Viagem (se for o caso), a fim de embasar o correto procedimento de todas as Unidades daquele Município;

9.6- Fazer a devida comunicação à Receita Federal do Brasil, para que tome ciência dos achados de auditoria em matéria tributária e adotem as providências que entenderem necessárias, enviando-lhes cópias das peças devidas, por entender que a matéria é de competência da Receita Federal do Brasil (INSS e FGTS);

9.7- Determinar à próxima Comissão de Inspeção do SAAE – Boa Vista do Ramos que verifique se há a observância do disposto no artigo 94, da Lei nº 4.320/64, que determina a necessidade do tombamento (registro analítico) dos materiais, bem como o disposto no artigo 1º, inciso VII, da Resolução nº 05/1990 – TCE/AM (também versando acerca da necessidade de tombamento);



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDAO Nº 011/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE nº 1975/2012 (2 Vols.) – fl.03.

9.8- Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento do valor das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02.

9.2- Por maioria, nos termos da proposta de voto, aplicar multa a Senhora Katiane Dias Pereira Feijó, **Gestora do SAAE no período de 1/1/2011 a 20/12/2011, valor de R\$ 12.056,33** (doze mil, cinquenta e seis reais e trinta e três centavos), **com fulcro no artigo 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pela inobservância dos prazos regulamentares para remessa ao Tribunal, por meio informatizado dos registros analíticos**, nos meses de janeiro a novembro/2011;

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais dos valores das penalidades impostas a Senhora Katiane Dias Pereira Feijó, Gestora do SAAE no período de 1/1/2011 a 20/12/2011, com **comprovação** perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor das multas deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

Vencido o voto do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro contrário a aplicação de multas pelos atrasos no ACP.

10-Ata: 39ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 02 de outubro de 2013.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente, em sessão), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral e Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

12.1-Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente, em sessão

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral